



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo notícias vindas a público num conjunto de reportagens televisivas da TVI/CNN, o Hospital de Santa Maria está envolvido num alegado favorecimento de duas bebés gémeas, que sofrem de Atrofia Muscular Espinhal, no acesso ao tratamento com o medicamento Zolgensma.

De acordo com a primeira reportagem televisiva a este respeito, o acesso destas duas bebés à consulta no Hospital de Santa Maria e, em consequência, ao tratamento terá alegadamente ocorrido por influência do Senhor Presidente da República que, prontamente, desmentiu categoricamente qualquer interferência no processo.

Posteriormente, segundo outra das reportagens televisivas:

“O Ministério da Saúde deu ordens para marcar a primeira consulta das gémeas luso-brasileiras tratadas no Hospital de Santa Maria (...) O Exclusivo teve acesso a vários registos clínicos que comprovam isso mesmo, apesar de a então Ministra da Saúde, Marta Temido, e do Secretário de Estado da altura, António Sales, recusarem qualquer influência”.

Com a sucessão, quase diária, de novas notícias a levantar suspeitas - graves - a respeito deste caso, foi tornado público que o atual Conselho de Administração do CHULN deu início a uma auditoria interna *“para aferir sobre os procedimentos que foram realizados antes e durante o tratamento”* de doentes com Atrofia Muscular Espinhal e, também, que estará a decorrer uma ação da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, bem como uma investigação por parte do Ministério Público.

Entretanto, já foi conhecido o resultado da auditoria interna que o CHULN instaurou e que, segundo foi transmitido pela Presidente do Conselho de Administração, em audição na Comissão de Saúde, apurou que existiu uma: *“(...) referência para a primeira consulta na especialidade de Neuropediatria de dois doentes que foram referenciados ao Departamento de Pediatria pela Secretária de Estado da Saúde, segundo registo em dossier clínico, com consulta marcada via telefone, não tendo sido cumprido o disposto na Portaria nº 147/2017, artigo 8º.”.*

Sobre as restantes investigações, a Iniciativa Liberal aguarda os resultados, esperando que decorram com toda a seriedade e com a maior brevidade. No entanto, não podemos separar deste caso a questão política inerente – a alegada interferência política superior para que estas crianças tivessem acesso ao tratamento.

Por isso mesmo, no passado dia 7 de dezembro, foi discutido e votado na Comissão de Saúde um Requerimento da Iniciativa Liberal para audição urgente da Senhora ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido; do Senhor ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales; do ex-Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Francisco André; da Senhora ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Dra. Berta Nunes; do Senhor ex-Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Dr. Daniel Ferro; da Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Prof. Doutora Ana Paula Martins; e do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro, requerimento que foi rejeitado, apenas com o voto contra do Partido Socialista.

O mesmo Partido Socialista que, no momento em que rejeita o Requerimento da Iniciativa Liberal, apresenta um Requerimento oral para audição, apenas, do Senhor Ministro da Saúde e da Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, com o argumento de que a atividade de escrutínio do Parlamento se deve cingir aos titulares, em funções, dos cargos governativos.

Discordando frontalmente deste argumento do Partido Socialista, até porque existem diversos casos de audições realizadas que demonstram precisamente o contrário, a Iniciativa Liberal, no mesmo dia, apresentou potestativamente o seu Requerimento para a audição urgente de todas as entidades acima referidas. No entanto, a Comissão de Saúde apenas aceitou as audições potestativas do Senhor Ministro da Saúde e da Prof. Doutora Ana Paula Martins, tendo esta já ocorrido, no passado dia 13 de dezembro.

Conforme já tivemos oportunidade de referir publicamente, é determinante, em nosso entender, que a Comissão de Saúde seja esclarecida se será, de facto, possível que o acesso a tratamentos no Serviço Nacional de Saúde possa ser condicionado por interferências políticas superiores.

Nesse sentido, e para que o Senhor Ministro da Saúde possa vir à audição devidamente preparado para poder responder devidamente a todas as questões, tornando, assim, possível um completo escrutínio por parte da Comissão de Saúde – conforme é, aliás, o seu direito, competência e obrigação –, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal considera da maior pertinência e utilidade enviar, previamente, por escrito, ao Senhor Ministro da Saúde, as perguntas que tenciona colocar na audição, sem prejuízo, naturalmente, de que o Senhor Ministro também as responda, por escrito, por esta via.

Para o efeito, preparámos uma cronologia, baseada nas notícias que têm vindo a público, e que nos levantam as questões que dirigimos ao Senhor Ministro da Saúde:

a) Setembro/Outubro de 2019: O caso das gémeas terá, segundo as reportagens da TVI/CNN que recentemente foram transmitidas, sido analisado primeiro no Hospital D. Estefânia onde, alegadamente, os médicos terão manifestado muitas reservas a que lhes fosse administrado este medicamento por existir muito pouca evidência científica quanto à sua eficácia, por já estarem a fazer outro tratamento no Brasil e porque a doença já estaria manifestada, logo, a eficácia do medicamento seria possivelmente nula.

O Hospital terá dito à TVI/CNN que:

“foi explicado que o processo de obtenção do tratamento seria complicado pela necessidade de admitir que existiria uma vantagem clínica adicional (possível, mas incerta) e pelas dificuldades administrativas (o medicamento não tinha aprovação então pela Agência Europeia do Medicamento). Após algum tempo a família deixou de contactar.”

Alegadamente, só depois destes contactos no Hospital D. Estefânia, é que as gémeas terão recorrido ao Hospital de Santa Maria.

b) 21/10/2019: O Dr. Nuno Rebelo de Sousa terá enviado um e-mail ao Senhor Presidente da República sobre este caso, que, por sua vez, o Senhor Presidente da República terá encaminhado ao Chefe da Casa Civil, perguntando se a assessora Dra. Maria João Ruela poderia indagar sobre o assunto. Segundo o Senhor Presidente da República, a Dra. Maria João Ruela terá contactado o Hospital de Santa Maria.

c) 23/10/2019: Terá chegado a resposta do Hospital de Santa Maria, que daria conta que existiriam mais casos em análise e que tudo dependeria da decisão médica, do hospital e do INFARMED. O Dr. Nuno Rebelo de Sousa terá sido informado de que o caso não deveria ter seguimento e, nesse sentido, terá insistido junto da Casa Civil.

d) 31/10/2019: O Chefe da Casa Civil terá enviado um ofício com o caso das gémeas para o Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro e para a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, no qual terá sido dito que, se estas gémeas não recebessem o medicamento, morreriam. Junto com o ofício terá seguido o contacto dos pais das crianças e os relatórios médicos.

e) 05/11/2019: O Gabinete do Primeiro-Ministro terá encaminhado o ofício de Belém para o Ministério da Saúde.

f) 28/11/2019: Alegadamente, um grupo de médicos do Hospital de Santa Maria terá escrito uma carta, na qual contestariam a administração do Zolgensma às gémeas, alegando que o tratamento não era o mais adequado. Essa carta, segundo a TVI/CNN, terá sido entregue em mão ao então Diretor Clínico, Dr. Luís Pinheiro, mas terá desaparecido.

g) 05/12/2019: Alegadamente, por ordens superiores, a primeira consulta terá sido realizada mesmo sem a presença das gémeas, que estariam internadas no Brasil. No Hospital de Santa Maria terão estado o seu Pai e tio(s). Esta primeira consulta, alegadamente, terá sido solicitada pelo então Secretário de Estado à Prof. Ana Isabel Lopes, Diretora do Departamento de Pediatria do Hospital de Santa Maria.

h) 02/01/2020: As gémeas terão sido observadas no Hospital de Santa Maria.

i) 29/02/2020 (sábado): Alegadamente, é enviado ao INFARMED o pedido de autorização para a administração do medicamento Zolgensma às gémeas. 03/03/2020 (terça-feira): Alegadamente, o INFARMED terá autorizado que o medicamento fosse administrado.

j) 23/06/2020: As gémeas terão recebido o tratamento com Zolgensma, alegadamente, no valor de 4 milhões de euros (2 milhões por cada criança), no Hospital de Santa Maria.

k) 03/11/2023:

- É transmitida a primeira reportagem da TVI/CNN sobre este caso, noticiando que duas crianças gémeas luso-brasileiras vieram a Portugal, em 2019, receber o medicamento Zolgensma. Segundo a reportagem, existiam suspeitas de que isso tivesse acontecido por influência do Senhor Presidente da República, que negou qualquer interferência no caso. Na reportagem, viam-se imagens da Mãe das gémeas a assumir que pôs em marcha os seus “contactos”. *“Usei o 'pistolão'. Conhecia a nora do Presidente, que conhecia o ministro da Saúde [na altura Marta Temido], que mandou um e-mail para lá e falou 'E o caso das meninas?'. Eles começaram a receber ordens de cima”*.
- Questionada na reportagem sobre interferências superiores no acesso a este tratamento, a atual Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, Prof. Doutora Ana Paula Martins, afirmou que *“eu sei que se fala nisso, (...) mas eu sobre isso não tenho a mínima, das mínimas evidências”*.
- O Dr. Luís Pinheiro, ex-Diretor Clínico do Hospital de Santa Maria nega ter recebido indicações, diretas ou indiretas, do Presidente da República para marcar a consulta das gémeas.

l) 21/11/2023: Notícia dá conta que, alegadamente, o Estado já gastou mais 34.000 euros com as gémeas, para além dos 4 milhões de euros do tratamento:

- cerca de 26.000 euros em duas cadeiras de rodas elétricas topo de gama que o Hospital de Santa Maria esperará há quase três meses para entregar aos pais e às crianças, que já não se encontrarão em Portugal. Segundo o noticiado, a *“compra das duas cadeiras com propulsor elétrico aconteceu a 1 de setembro de 2023, depois de um concurso público promovido pelo centro hospitalar de propósito para responder às necessidades prescritas às gémeas pelos médicos”*;
- e cerca de 7.000 euros que o hospital também terá gastado, ainda que a noticiadora não explique quem.

No entanto, uns dias mais tarde (27/11/2023), é noticiado que o *“SNS pagou seis cadeiras de rodas a gémeas luso-brasileiras. O Estado português pagou quatro cadeiras de rodas elétricas e duas cadeiras/carrinhos manuais a Maitê e Lorena, as gémeas luso-brasileiras (...)”*. Alegadamente, as duas cadeiras/carrinhos manuais terão custado 14.000 euros. Somando todos os gastos com as gémeas até agora noticiados - para além dos 4 milhões de euros do medicamento -, o Estado já terá gastado cerca de 65.000 euros.

m) 22/11/2023: TVI/CNN revela que a consulta das gémeas terá sido marcada por interferência direta do então Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales, que essa interferência direta terá ocorrido, também, no pedido de autorização do medicamento ao INFARMED e que estes factos estarão relatados, pelo menos, em três documentos.

n) 30/11/2023: Em entrevista ao Público-Renascença, a ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido diz que *“Não houve nenhum contacto da Presidência da República com a Ministra da Saúde sobre este tema. (...) Foi o normal o que o Ministério da Saúde fez a esse documento, que vinha do gabinete do primeiro-ministro e que canalizava um documento da Casa Civil da Presidência da República.”* Disse também que tinha apenas *“uma ideia apenas de memória que tinha do tema, de existirem duas gémeas”*. E, quando questionada sobre se não foi a sua secretária ou alguém a seu mando que teria ligado para o Hospital de Santa Maria, respondeu: *“Que eu saiba, não. O meu gabinete tinha, como todos os outros gabinetes, um chefe de gabinete e tem uma tramitação”*. Na altura, a Chefe de Gabinete da Ministra Marta Temido era a Dra. Eva Falcão, atual Presidente do IPO de Lisboa.

o) 04/12/2023:

- O ex-Secretário de Estado, Dr. António Sales, reafirmou publicamente não se lembrar do caso, dizendo que *“Nunca eu podia negar nada sem ter acesso a documentos de há quatro anos e com uma pandemia pelo meio”*. Tendo acrescentado que precisa de esclarecer se o pedido que os médicos do Santa Maria dizem ter sido feito por si *“foi de facto feito”* e qual o e-mail usado.
- Na declaração pública que fez no Palácio de Belém, o Presidente da República, entre muitas outras coisas, disse não saber se o filho, Dr. Nuno Rebelo de Sousa, tinha feito algum contacto direto com alguém, mas que esperava que não, e que não tivesse sequer usado o seu nome ou o facto de ser seu filho porque, *“se o fizesse, isso seria totalmente inaceitável.”*

p) 05/12/2023: O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte esclarece que a investigação que abriu em novembro não se resume ao caso das gémeas, afirmando que a investigação *“não se centra em casos isolados”*, mas, sim, *“no sistema de controlo interno em funcionamento, abrangendo os procedimentos realizados antes, durante e após o referenciado tratamento”*.

q) 06/12/2023:

- TVI/CNN deu conta que os médicos do Hospital de Santa Maria desconheceriam, por completo, os contactos prévios que teriam existido entre os pais das gémeas e o Hospital D. Estefânia e que, se o soubessem, o desfecho do caso poderia ter sido completamente diferente.
- O Dr. Levy Gomes afirmou que o Dr. Nuno Rebelo de Sousa terá sido muito interventivo neste processo, tendo, por esse motivo, alertado por e-mail o Presidente da República para este facto, e-mail esse que, alegadamente, terá desaparecido do servidor da Presidência da República. No entanto, o Dr. Levy Gomes afirmou que, na documentação que entregou à IGAS, entregou também os e-mails que trocou com o Senhor Presidente. E estranhou, também, que os pais das gémeas afirmem agora que não conhecem o Dr. Nuno Rebelo de Sousa tendo em conta a sua alegada intervenção tão insistente neste caso. Deixou, inclusivamente, no ar a hipótese de poder ter sido o próprio Dr. Nuno Rebelo de Sousa a ligar para o Ministério e *“para todo o lado”*. *“Basta dizer: daqui Nuno Rebelo de Sousa que as pessoas põem-se logo em sentido”*, afirmou. No entanto, referiu que quem saberá toda a informação sobre estas alegadas interferências será o Dr. Luís Pinheiro, Diretor Clínico à época: *“Ele é a pessoa chave, porque ele é que sabe tudo, porque ele é o pivot entre o Ministério, ou entre o Dr. Rebelo de Sousa pai e o Dr. Rebelo de Sousa filho. Ele é quem recebeu a mensagem e quem a transmite à minha diretora e a minha diretora marca a consulta”*, afirmou.
- Notícia da TVI/CNN dá conta que o Dr. Nuno Rebelo de Sousa terá, alegadamente, tido reuniões com o ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales.

r) 08/12/2023:

- TVI/CNN emite declarações de um neuropediatra do Hospital D. Estefânia que, relativamente ao facto do Senhor Presidente da República ter afirmado, no dia 04/12, que desse hospital terão dito que o caso das gémeas deveria ser encaminhado para o Hospital de Santa Maria, afirma que: *“nunca dissemos isso”*. O hospital nunca terá encaminhado as gémeas para Santa Maria: *“Não. Em nenhum dos documentos a propósito deste assunto há referência ao Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (Hospital de Santa Maria).”*
- Reportagem diz que a família das gémeas, ainda no Brasil, antes de contactar o Hospital de Santa Maria, terá contactado primeiro o Hospital de Faro e, depois, um Neuropediatra do Hospital D. Estefânia, e relata os momentos em que esses contactos com a Estefânia aconteceram.

- Numa outra notícia, é afirmado que o ex-Diretor Clínico do Hospital de Santa Maria, Dr. Luís Pinheiro, *“deu ordem para que a médica responsável pelas doenças neuromusculares recebesse as gémeas luso-brasileiras. Uma decisão diferente da que foi aplicada a outras crianças que também tinham nacionalidade portuguesa e que precisavam do mesmo medicamento de 2 milhões de euros. A CNN sabe que esta médica questionou o Diretor Clínico, Luís Pinheiro, sobre os motivos para priorizar as gémeas e que a resposta a levou a escrever que a consulta foi marcada a pedido do Secretário de Estado da Saúde, à época, António Lacerda Sales. (...)”*

s) 09/12/2023:

- Notícias dão conta de que a Ordem dos Médicos, *“face à ausência de resposta do Hospital de Santa Maria”, terá pedido “informações ao Ministério da Saúde para confirmar que o Código Deontológico foi cumprido por todos os profissionais”.*
- Questionada pela comunicação social sobre as alegadas reuniões entre o seu, à época, Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales, e o Dr. Nuno Rebelo de Sousa, a ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido, afirmou: *“Não tive conhecimento, mas isso não é anormal. As agendas dos gabinetes têm tanta coisa que só é partilhada a informação relevante.”*

t) 13/12/2023:

- Em audição na Comissão de Saúde, a Requerimento oral do PS e potestativo da Iniciativa Liberal, a Presidente do CHULN, Prof. Doutora Ana Paula Martins, afirmou ter recebido, às 20h38 da véspera, o relatório final da auditoria interna realizada pelo CHULN, tendo citado excertos desse relatório.
- Dessas citações, destacamos a seguinte: *“(...) a sua admissão, tratamento e monitorização asseguram o cumprimento da legislação em vigor e das operações em todos os aspetos, excepto na referência para a primeira consulta na especialidade de Neuropediatria de dois doentes que foram referenciados ao Departamento de Pediatria pela Secretaria de Estado da Saúde, segundo registo em dossier clínico, com consulta marcada via telefone, não tendo sido cumprido o disposto na Portaria nº 147/2017, artigo 8º. (...)”.*
- Após esta audição, o ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales, afirmou à Antena 1 não *“ter marcado qualquer consulta”* para as gémeas e não ter conhecimento de qualquer pedido nesse sentido por parte da Secretaria de Estado.
- O ex-Diretor Clínico, Dr. Luís Pinheiro, deu uma entrevista à RTP3 sobre este caso, na qual, entre outras coisas, afirmou:
- Que nunca recebeu qualquer contacto por parte do Senhor Presidente da República sobre este caso, nem sobre nenhum outro.
- Que não conhece o Dr. Nuno Rebelo de Sousa.
- Que não recebeu nenhum contacto por parte da Presidência da República, nem da assessoria, nem da Casa Civil.
- Que, se existiram contactos da assessoria da Presidência com o Hospital de Santa Maria, não foram consigo, nem com o Conselho de Administração.
- Que nunca recebeu qualquer ordem “de cima” para tratar estas crianças e que a decisão seria sempre clínica, mesmo que tivesse recebido alguma ordem.
- Que a Mãe das gémeas nunca lhe terá falado no Dr. Nuno Rebelo de Sousa.
- Que a 20 de novembro soube das gémeas, pela primeira vez, através da Diretora do Departamento de Pediatria.
- Que não recebeu nenhum contacto com origem na Secretaria de Estado da Saúde para a marcação da primeira consulta das gémeas.
- Que nunca recebeu qualquer contacto do Dr. António Lacerda Sales e que este *“não marcou a*

consulta, a consulta foi marcada no hospital”.

- Que foi identificada no serviço uma sinalização, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, de duas bebés que precisariam de ser observadas e que terá sido só isto que soube.
- Que terão existido contactos com o Departamento e com os médicos, mas não sabe se terá sido mesmo assim. Falou numa “*suposta*” sinalização.
- Ser habitual referir-se nos processos clínicos a origem da sinalização, mas o que é importante é saber se as crianças precisavam ou não de observação e a indicação clínica era claramente de que precisavam.
- Nunca ter sido contactado pela secretária da ex-Ministra da Saúde, nem ter conhecimento de que a mesma tenha ligado para o Conselho de Administração.
- Que, se existiu informação veiculada ao Presidente da República, não foi por si nem pelo Conselho de Administração. Só soube disso pela comunicação social, mas não tem conhecimento de nada.
- Não ter dado ordens para que as crianças saíssem de nenhuma lista, porque não existia uma lista. Disse que as gémeas “*não passaram à frente de nenhuma criança*”.
- Sobre a carta que lhe terá sido entregue pelos médicos, disse ter sido utilizada nas últimas semanas de forma extremamente abusiva e que o que a carta transmite é plenamente compreensível, sendo relativo à sustentabilidade, pelos custos, deste tipo de medicação face ao orçamento existente e às outras enormes necessidades. Disse que “*transmitimos essa preocupação à tutela*”, mas que, apesar dos argumentos serem compreensíveis, a partir do momento em que existisse indicação para administrar o medicamento, ele deveria sê-lo sempre. Disse: “*Tratámos convictamente*” as crianças, mesmo que já estivessem a fazer o outro medicamento. “*Não deixámos ninguém sem tratamento com esta patologia, ou com qualquer outra*”. “*A origem da decisão é clínica*”.
- Que a Comissão de Farmácia foi favorável à administração do medicamento às gémeas.
- Disse: “*A minha interlocutora nesta matéria foi sempre a mesma pessoa [a especialista em doenças neuromusculares], que me apresentou a fundamentação técnico-científica para a administração desta medicação a estas bebés e a outro bebé*”. Que os três bebés terão sido tratados na mesma altura.
- E disse que, em 2021, ao fim de um ano do tratamento, a mesma médica lhe terá transmitido um balanço clínico das bebés e que as mesmas teriam recuperado alguma mobilidade.

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal entende ser da maior pertinência uma resposta do Senhor Ministro da Saúde às seguintes questões:

1 – Confirma que o caso destas gémeas, antes de recorrerem ao Hospital de Santa Maria, foi analisado no Hospital D. Estefânia e que este hospital terá manifestado reservas quanto à administração do medicamento Zolgensma, por alegada falta de evidência científica quanto à sua eficácia neste caso concreto?

2 – Confirma que a Dra. Maria João Ruela contactou o Hospital de Santa Maria sobre este caso? Se sim, com quem falou, quando, o que perguntou e que resposta lhe foi dada?

3 – Confirma que, na mesma altura, existiam no Hospital de Santa Maria mais casos em análise e que tudo dependeria da decisão médica, do hospital e do INFARMED? Se sim, quantos mais casos existiam em concreto, há quanto tempo estavam em análise e qual foi a decisão relativamente a cada um deles?

4 – Confirma os alegados factos enunciados, acima, na alínea d)?

5 – O Ministério da Saúde recebeu, por parte do Gabinete do Primeiro-Ministro, algum ofício do Palácio de Belém sobre este o caso? Se sim, quando, quem o enviou, quem o recebeu no Ministério da Saúde, para que gabinete do Ministério da Saúde foi encaminhado, qual o seu conteúdo, que seguimento teve e por parte de quem? E que trocas de informações formais ou informais existiram, a partir daí, entre o Ministério da Saúde e o Hospital de Santa Maria?

6 – Confirma a existência da carta referida, acima, na alínea f), que terá sido entregue ao Dr. Luís Pinheiro e que terá desaparecido? Se sim, a carta já foi recuperada e que diligências foram tomadas nesse sentido? Onde e na posse de quem estava a carta? Qual o seu conteúdo? Por que motivo terão sido, alegadamente, ignoradas as opiniões dos médicos? E confirma que as preocupações manifestadas nessa carta foram transmitidas à tutela? Se sim, qual a posição assumida pela tutela face a essas preocupações?

7 – Confirma os alegados factos enunciados acima, nas alíneas g) e t), relativos à interferência na marcação da consulta? Se sim, de quem partiu a ordem, ou indicação, ou sugestão para a marcação da consulta? Quem a marcou? E confirma ser habitual existirem consultas deste tipo sem a presença dos doentes? E qual o Secretário de Estado em causa?

8 – Quando e por quem foram observadas as gémeas na sua primeira consulta presencial no Hospital de Santa Maria? Qual a decisão clínica tomada relativamente à administração do Zolgensma? Existe algum parecer relativo a essa decisão? Se sim, o que refere a este respeito? Foi uma decisão consensual por parte da equipa clínica? Qual foi a posição da Comissão de Farmácia e Terapêutica do hospital? Qual foi a posição da Comissão de Ética? E qual foi a decisão final do Conselho de Administração?

9 – Já apurou junto do anterior Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, nomeadamente junto do Dr. Daniel Ferro, a veracidade de todos os factos denunciados? Se sim, que respostas obteve?

10 – Confirma que o pedido de autorização para administração do Zolgensma às gémeas foi enviado a um sábado e que a autorização foi dada 3 dias depois? Qual o prazo médio de resposta do INFARMED a pedidos semelhantes? Qual foi a posição da Comissão de Avaliação de Medicamentos (CAM) do INFARMED? Onde está a ata da reunião onde esta decisão terá sido tomada? E por que motivo no site do INFARMED não estão publicadas as atas da CAM entre setembro de 2019 e Janeiro de 2022?

11 – Em que data foi administrado o medicamento Zolgensma e qual o seu custo?

12 – Confirma o conteúdo das declarações citadas acima na alínea k)? O que se fala, concretamente, no Hospital de Santa Maria, sobre alegadas interferências superiores no favorecimento destas gémeas? Já tem na sua posse alguma evidência relativa a esta matéria? Se sim, que evidências tem?

13 – Quantas cadeiras de rodas e outros produtos de apoio foram, efetivamente, adquiridos, para as gémeas, pelo Estado português? Quantas crianças, na mesma situação destas gémeas, já tiveram acesso a cadeiras de rodas e outros produtos de apoio semelhantes?

14 – Confirma os alegados factos avançados pela TVI/CNN que estão mencionados acima, na alínea m), relativos à alegada interferência do então Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales? Se sim, em que documentos estão as referências a esta alegada interferência direta?

15 – Já apurou, junto da sua antecessora, Dra. Marta Temido, e do ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales, se existiu algum tipo de interferência de algum dos dois - ou de qualquer outro membro do Ministério da Saúde – neste processo? Se sim, que tipo de interferência existiu? Por parte quem? Por iniciativa, ou ordem, de quem? E em que momentos concretos terão sido essas interferências e perante que entidades?

16 – O Ministério da Saúde já deu acesso ao Dr. António Lacerda Sales a todos os documentos relativos a este caso? Se sim, quando? E o que consta desses documentos, relativamente à alegada interferência que terá tido? Existe algum e-mail, ou outro documento, do ex-Secretário de Estado da Saúde, ou de outro membro do seu gabinete, que comprove essa alegada interferência?

17 – Já teve acesso ao relatório final da auditoria interna realizada pelo CHULN? Se sim, que comentários lhe merece?

18 – Acha que, se tivesse existido uma articulação entre o Hospital D. Estefânia e o Hospital de Santa Maria, o desfecho deste caso poderia ter sido diferente? Que diligências já tomou junto dos dois hospitais para apurar estes factos?

19 – Confirma a existência de alguma reunião entre o Dr. António Lacerda Sales e o Dr. Nuno Rebelo de Sousa? Se sim, quantas reuniões existiram, quando, por iniciativa de quem, onde e com que tema de agenda?

20 – Existiu, ou não, alguma referência destas gémeas do Hospital D. Estefânia para o Hospital de Santa Maria? Confirma que a família das gémeas também contactou o Hospital de Faro? Se sim, no que consistiram esses contactos e que seguimento tiveram? E como justifica uma aparente desarticulação entre hospitais do Serviço Nacional de Saúde sobre as mesmas utentes?

21 - Confirma que o Dr. Luís Pinheiro deu ordem à médica responsável pelas doenças neuromusculares para a marcação da consulta às gémeas? O que apurou a este respeito? E confirma que, na mesma altura, existiriam “*outras crianças que também tinham nacionalidade portuguesa e que precisavam do mesmo medicamento*” e que estas gémeas terão sido priorizadas face a essas outras crianças? Se sim, quantas crianças estavam nessa situação e qual o desfecho e decisões para cada um desses casos?

22 – Confirma que a Ordem dos Médicos pediu informações ao Ministério da Saúde? Se sim, já foram prestados, por parte do Ministério da Saúde, todos os esclarecimentos solicitados pela Ordem dos Médicos?

23 – Sobre o descrito na alínea t), relativo ao teor do relatório da auditoria interna do CHULN e às declarações feitas, posteriormente, pelo ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales, que comentários tem a fazer? O que já apurou a este respeito? E, não tendo sido o Dr. António Lacerda Sales a pedir a marcação da consulta, ou a interferir de algum modo nesse sentido, que outro Secretário de Estado poderia tê-lo feito?

24 – Ainda relativamente à alínea t), mas no que diz respeito à entrevista dada pelo ex-Diretor Clínico, Dr. Luís Pinheiro, como comenta as informações que foram transmitidas? Confirma ou desmente algumas delas? Quais e com que fundamento?

25 - Está em condições de garantir que não existiu qualquer interferência política por parte do Governo – ou de membros de Gabinetes -, que tivesse levado ao favorecimento destas gémeas no acesso à marcação de consultas e ao tratamento?

Palácio de São Bento, 16 de dezembro de 2023

Deputado(a)s

JOANA CORDEIRO(IL)

BERNARDO BLANCO(IL)

CARLA CASTRO(IL)

CARLOS GUIMARÃES PINTO(IL)

JOÃO COTRIM FIGUEIREDO(IL)

PATRÍCIA GILVAZ(IL)

RODRIGO SARAIVA(IL)

RUI ROCHA(IL)